Uptick Participações S.A.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2022.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

O Conselho de Administração da **UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.** ("UPTICK" ou "Companhia") submete à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2022 ("Assembleia"), nos termos a seguir expostos:

1. EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

I. AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, ACOMPANHADAS DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Uptick Participações S.A. foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia e auditados pelos Auditores Independentes – BDO RCS Auditores Independentes SS - previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

O Conselho de Administração recomenda aos Acionistas da Companhia que examinem detidamente esses documentos relativos ao exercício social de 2021 e, caso necessário, esclareçam previamente eventuais dúvidas, a fim de deliberarem sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração do exercício de 2021, na forma prevista nos incisos II e I do Art. 9º, da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, em seu *website* (www.uptickbrasil.com.br), além de estarem disponíveis na página da Comissão de Valores Mobiliários – CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br).

II. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

A Administração da Companhia propõe aprovar a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R$ 30.481.913,40 (trinta milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, novecentos e treze reais e quarenta centavos) da seguinte forma:

(i) A Companhia deixa de constituir a RESERVA LEGAL, tendo em vista já ter atingido o limite de 20% do capital social, nos termos do Artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas e alterações posteriores;

(ii) **DISTRIBUIÇÃO DE PROVENTOS**, no valor total de R$ 30.481.913,40 (trinta milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, novecentos e treze reais e quarenta centavos), correspondente ao valor bruto de R$ 0,58130540755 e ao valor líquido de R$ 0,4941095964 por ação do capital social, sendo: **(ii.a) JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO** no valor de R$ 1.452.000,00 (um milhão e quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), correspondente ao valor bruto de R$ 0,027690369 e ao valor líquido de R$ 0,023536813 por ação do capital social, deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2021 e efetivamente pagos em 28 de dezembro de 2021, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios; **(ii.b) JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO** no montante total de R$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais), correspondente ao valor bruto de R$ 0,064839708 e ao valor líquido de R$ 0,055113751 por ação do capital social, deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2021 e efetivamente pagos em 28 de dezembro de 2021, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios; **(ii.c DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS** no montante total de R$ 13.407.000,00 (treze milhões, quatrocentos e sete mil reais), correspondente ao valor bruto de R$ 0,255678227 por ação do capital social, deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2021 e efetivamente pagos em 28 de dezembro de 2021, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios; e, **(ii.d) DIVIDENDOS ADICIONAIS** no montante de R$ 12.222.913,40 (doze milhões, duzentos e vinte e dois mil, novecentos e treze reais e quarenta centavos), correspondente ao valor bruto de R$ 0,23309710129 por ação do capital social, aos acionistas com posição acionária na data base de 04 de maio de 2022.

Os **DIVIDENDOS ADICIONAIS** ora propostos serão pagos em data a ser oportunamente definida pela Companhia até 31 de dezembro de 2022.

Ressalte-se que as informações requeridas pelo "Anexo 9-1-II" da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, que constituem o **Anexo I** da presente Proposta, além de estarem disponíveis na página da Comissão de Valores Mobiliários – CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br), a partir desta

data, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede social da Companhia e em seu *website* (www.uptickbrasil.com.br).

III. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA.

Considerando que a Assembleia irá deliberar, dentre outras matérias, sobre as contas dos administradores e irá examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresentamos os comentários dos administradores acerca da situação financeira da Companhia.

Os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia correspondem ao item 10, do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480, conforme alterada, nos termos do Artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada. As informações requeridas estão disponíveis para consulta dos Acionistas na sede da Companhia, em seu *website* (www.uptickbrasil.com.br), na página da Comissão de Valores Mobiliários – CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br) e constituem o **Anexo II** da presente Proposta.

2. EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

I. FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO ANUAL GLOBAL DOS ADMINISTRADORES.

A Administração da Companhia propõe fixar a remuneração anual global dos administradores em até R$ 259.200,00, sendo de até R$ 43.200,00 para o Conselho de Administração e R$ 216.000,00 para a Diretoria. A remuneração dos administradores será distribuída conforme o previsto nos Artigos 13 e 19 do Estatuto Social da Companhia.

As informações relacionadas à remuneração dos Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no Artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, estão disponíveis na sede da Companhia, em seu *website* (www.uptickbrasil.com.br), na página da Comissão de Valores Mobiliários – CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br) e constituem o **Anexo III** desta Proposta.

II. ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO DA SEDE SOCIAL DA COMPANHIA

A Administração da Companhia propõe a alteração do endereço da sua sede social da Rua da Assembleia, nº 10, 37º andar, sala 3.701, Centro, Município e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, para a Av. Ayrton

Uptick Participações S.A.

Senna, 3000 – Bloco Itanhangá – sala 4098 - Via Parque Comfort Working – Barra da Tijuca, também no Município e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22775-003.

Uptick Participações S.A.

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(ANEXO I)

1. Informar o lucro líquido.

O lucro líquido ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 30.481.913,40.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados.

O montante global de dividendos foi de R$ 30.481.913,40 (trinta milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, novecentos e treze reais e quarenta centavos), correspondente ao valor bruto de R$ 0,58130540755 e ao valor líquido de R$ 0,4941095964 por ação do capital social, sendo: **(ii.a) JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO** no valor de R$ 1.452.000,00 (um milhão e quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), correspondente ao valor bruto de R$ 0,027690369 e ao valor líquido de R$ 0,023536813 por ação do capital social, deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2021 e efetivamente pagos em 28 de dezembro de 2021, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios; **(ii.b) JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO** no montante total de R$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais), correspondente ao valor bruto de R$ 0,064839708 e ao valor líquido de R$ 0,055113751 por ação do capital social, deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2021 e efetivamente pagos em 28 de dezembro de 2021, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios; **(ii.c DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS** no montante total de R$ 13.407.000,00 (treze milhões, quatrocentos e sete mil reais), correspondente ao valor bruto de R$ 0,255678227 por ação do capital social, deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2021 e efetivamente pagos em 28 de dezembro de 2021, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios; e, **(ii.d) DIVIDENDOS ADICIONAIS** no montante de R$ 12.222.913,40 (doze milhões, duzentos e vinte e dois mil, novecentos e treze reais e quarenta centavos), correspondente ao valor bruto de R$ 0,23309710129 por ação do capital social, aos acionistas com posição acionária na data base de 04 de maio de 2022. Os Dividendos Adicionais ora propostos serão pagos em data a ser oportunamente definida pela Companhia até 31 de dezembro de 2022.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

O percentual do lucro líquido do exercício distribuído foi de 100%, calculado com base no lucro líquido passível de distribuição (ajustado nos termos da Lei nº 11.638/07).

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Nos exercícios de 2020 e 2021 não houve deliberação de dividendos com base em lucro de exercício anteriores.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2019 foi deliberado juros sobre o capital próprio aos acionistas detentores de posição acionária em 04 de julho de 2019, no montante total de R$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), correspondente ao valor bruto de R$ 0,04958330665 e ao valor líquido de R$ 0,04214581065 por ação do capital social, a título de reversão da Reserva de Lucros a Realizar constituída em exercícios anteriores. Tal juros sobre o capital próprio foi pago em 10 de julho de 2019.

E em reunião do dia 27 de dezembro de 2019 foi deliberado juros sobre o capital próprio aos acionistas detentores de posição acionária em 06 de janeiro de 2020, no montante total de R$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), correspondente ao valor bruto de R$ 0,04386215589 e ao valor líquido de R$ 0,03728283250 por ação do capital social. O pagamento foi realizado em 15 de maio de 2020.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre o capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

DIVIDENDOS ADICIONAIS no montante de R$ 12.222.913,40 (doze milhões, duzentos e vinte e dois mil, novecentos e treze reais e quarenta centavos), correspondente ao valor bruto de R$ 0,23309710129 por ação do capital social, aos acionistas com posição acionária na data base de 04 de maio de 2022, a serem pagos em data a ser oportunamente definida pela Companhia até 31 de dezembro de 2022.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio.

Os Dividendos Adicionais serão pagos à vista em data a ser oportunamente definida pela Companhia até 31/12/2021.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio.

Não incidem atualização monetária e/ou juros.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

A data da declaração do pagamento dos Dividendos Adicionais a serem deliberado na AGOE de 29/04/2022, se aprovado, considerada para identificação dos Acionistas que terão direito ao seu recebimento é 04 de maio de 2022.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO no valor de R$ 1.452.000,00 (um milhão e quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), correspondente ao valor bruto de R$ 0,027690369 e ao valor líquido de R$ 0,023536813 por ação do capital social, deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2021;

JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO no montante total de R$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais), correspondente ao valor bruto de R$ 0,064839708 e ao valor líquido de R$ 0,055113751 por ação do capital social, deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2021;

DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS no montante total de R$ 13.407.000,00 (treze milhões, quatrocentos e sete mil reais), correspondente ao valor bruto de R$ 0,255678227 por ação do capital social, deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2021.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos.

Os proventos identificados na alínea "a" foram pagos diretamente pela Companhia aos seus acionistas em 28 de dezembro de 2021.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:

	2021	**2020**	**2019**
Lucro líquido por ação	0,5813054076	0,365931073	0,2978469837

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:

	2021	2020	2019
Juros sobre o Capital Próprio	0,0925300784	0,05631519406	0,0438621559
Dividendos	0,488775329	0,03516757417	0,071028041

8. Havendo destinação de lucros a reserva legal.

a) Identificar o montante destinado a reserva legal.

Não foi constituída Reserva Legal uma vez que já atingiu o limite máximo de 20% do capital social.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Não foi constituída Reserva Legal uma vez que já atingiu o limite máximo de 20% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável, porque a Companhia não possui ações preferencias com direito a dividendos fixos ou mínimos.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável, porque a Companhia não possui ações preferencias com direito a dividendos fixos ou mínimos.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável, porque a Companhia não possui ações preferencias com direito a dividendos fixos ou mínimos.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixou ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não aplicável, porque a Companhia não possui ações preferencias com direito a dividendos fixos ou mínimos.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável, porque a Companhia não possui ações preferencias com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Nos termos do artigo 30 do Estatuto Social:

> *"Artigo 30*
>
> *A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.*
>
> *Parágrafo Único*
>
> *As demonstrações financeiras demonstrarão a proposta da administração de destinação da totalidade do lucro líquido do exercício, se houver, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral".*

b) Informar se ele está sendo pago integralmente.

O dividendo obrigatório vem sendo pago integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável, porque não houve retenção de dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a) Informar o montante da retenção.

Não aplicável, porque não houve retenção de dividendo obrigatório.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável, porque não houve retenção de dividendo obrigatório.

c) Justificar a retenção de dividendos.

Não aplicável, porque não houve retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a) Identificar o montante destinado a reserva.

Não aplicável, porque não houve destinação de resultado para reserva de contingência.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável, porque não houve destinação de resultado para reserva de contingência ou perda considerada provável.

c) Explicar por que a perda foi considerada provável.

Não aplicável, porque não houve destinação de resultado para reserva de contingência ou perda considerada provável.

d) Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável, porque não houve destinação de resultado para reserva de contingência.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a) Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar.

Não houve destinação de lucros a reserva de lucros a realizar.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Os lucros não-realizados são oriundos de equivalência patrimonial sobre os resultados abrangentes de investimento.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

Não aplicável, porque não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

b) Identificar o montante destinado a reserva.

Não aplicável, porque não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

c) Descrever como o montante foi calculado.

Não aplicável, porque não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a) Identificar o montante da retenção.

Não aplicável, porque não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital.

Não aplicável, porque não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a) Informar o montante destinado a reserva.

Não aplicável, porque não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b) Explicar a natureza da destinação.

Não aplicável, porque não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

Uptick Participações S.A.

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(ANEXO II)

10.1. Os Diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

O Lucro Líquido da Uptick, ao final do exercício de 2021 foi de R$ 30.482 mil, correspondente ao lucro por ação de R$ 0,5813054076. Em 2019 o Lucro Líquido foi de R$ 19.188 mil, correspondente ao lucro por ação de R$ 0,365931073 e em 2019 foi de R$ 15.618 mil, correspondente ao lucro por ação de R$ 0,2978469837.

Os índices de liquidez avaliam a capacidade de pagamento da empresa frente a suas obrigações, sendo eles relevantes para determinação da continuidade dos negócios.

Em 31/12/2021, a Uptick apresentou uma liquidez corrente de 33,29 (1,76 em 2020 e 2,96 em 2019). Sua liquidez imediata foi de 22,77 em 31/12/2021 (0,65 em 202 e 2,59 em 31/12/2019).

A liquidez geral da Uptick foi de 665,31 em 31/12/2021 (21,65 em 2020 e 24,83 em 2019).

Os índices de alavancagem medem o grau de endividamento da empresa. O índice de endividamento geral (EG) mede a proporção dos ativos da empresa financiada por terceiros. Em 31/12/2021, o EG apresentado pela Uptick foi de 0,2% (4,6% em 2020 e 4% em 2019).

A Diretoria da Uptick Participações S.A. entende que a Companhia apresentou nos 3 últimos exercícios sociais condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com as suas obrigações de curto e médio prazo, bem como dar continuidade as suas atividades.

b) Estrutura de capital:

Estrutura de Capital	**2021**	**2020**	**2019**
Capital Próprio	99,8%	95,4%	96%
Capital de Terceiro	0,2%	4,6%	4%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Em 2021 e nos últimos 3 (três) exercícios, a Uptick Participações S.A. não possuía financiamentos contratados. Os seus compromissos de curto e médio prazos totalizavam em 31 de dezembro de 2021 o montante de R$ 175 mil, contra um ativo circulante no montante de R$ 5.826 mil. Por essa razão, os Diretores da Uptick entendem que a Companhia apresenta um grau de liquidez confortável, demonstrando total capacidade para horar seus compromissos de curto e médio prazos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Atualmente a Companhia é financiada unicamente por capital próprio.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Atualmente a Companhia não tem a intenção de utilizar fontes de financiamento para cobertura de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

	2021	2020	2019
Índice de endividamento Geral	0,2%	4,6%	4%

O índice de endividamento é a representação do somatório do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo ativo total. No passivo circulante a Uptick possui um valor de R$ 175 mil, referente a contas a pagar, a distribuição de dividendos e JCP e pagamento de tributos. Já o saldo do passivo não circulante é zero.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2021, não possuía contratos de empréstimo e financiamento em vigor.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

A Companhia não possui relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas.

Não aplicável, dado que a Companhia não possui contratos de empréstimo ou financiamento e não possui proventos deliberados em aberto.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não aplicável, dado que a Companhia não possui endividamento.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, dado que a Companhia não possui endividamento contratado.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas percebidas pela Companhia advieram, principalmente, de dividendos decorrentes da participação detida no capital social da empresa COSERN.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não houve fatores que impactaram materialmente os resultados operacionais nos últimos três exercícios sociais.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não ocorreram variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços nos últimos três exercícios sociais.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

Segundo os nossos critérios de análise dos impactos relacionados aos aspectos mencionados, tais fatores não afetaram o resultado operacional da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

Não aplicável. A Uptick Participações S.A. é uma *holding*.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não houve em 2021 nenhum evento relevante relacionado a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais.

Não houve eventos ou operações não usuais com efeitos relevantes nas demonstrações financeiras durante o exercício de 2021.

10.4 Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis.

Não ocorreram modificações significativas nas práticas contábeis.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Não aplicável, dado que não ocorreram modificações significativas nas práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

O Auditor apresentou a sua abstenção de opinião em relação das demonstrações financeiras da Uptick do exercício findo em 31/12/2021, uma vez que não teve acesso aos papéis de trabalho dos auditores da Companhia Energética do Estado do Rio Grande do Norte - COSERN para fins de validação do valor patrimonial da COSERN. Abaixo segue a transcrição de parte do parecer do auditor: *"Abstenção de opinião*

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da Uptick Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre estas demonstrações financeiras acima referidas, pois devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada ³Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.15

Base para abstenção de opinião

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 6 às demonstrações financeiras, a Companhia possui registrado na rubrica "investimentos" o montante de R$ 88.068 mil, na Companhia Energética do Rio Grande do Norte ±COSERN, controlada em conjunto da Companhia, nos termos do Protocolo de Entendimento firmado entre os acionistas daquela investida em 11 de dezembro de 1997, representando parte substancial dos ativos da Companhia. Em função da relevância do investimento, sendo considerado um componente significativo para a nossa auditoria, solicitamos a Administração da Companhia, por meio de sua controlada em conjunto, acesso aos papéis de trabalho dos auditores independentes daquela investida, com o objetivo de compreender o alcance e as evidências obtidas que fundamentaram a sua conclusão sobre as demonstrações financeiras da investida da Companhia, conforme requerido pelo NBC TA 600 (R1- Considerações Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de Grupos, incluindo o Trabalho dos Auditores dos Componentes. No entanto, até a data da emissão deste relatório de auditoria, não nos foi permitido acesso aos papéis de trabalho dos auditores independentes da investida, com as respectivas evidências obtidas que corroboram com o registro do investimento no montante de R$ 88.068 mil, e o resultado de equivalência patrimonial no montante de R$ 30.984 mil. Desta forma, não nos foi possível determinar, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, se haveria a necessidade de ajustes no investimento da Companhia em 31 de dezembro de 2021.16"

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

A Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo, pois adota uma política financeira conservadora no gerenciamento de seus ativos, bem como total conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Os ativos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, que incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras em fundo de investimento, as quais estão suscetíveis a variações decorrentes

de aplicações em títulos públicos federais e títulos privados, com o objetivo de acompanhar a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Tais aplicações, disponíveis para serem utilizadas exclusivamente nas operações da Companhia, possuem a característica de atender compromissos de curto prazo, são imediatamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança no valor.

A Companhia gerencia seus ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.
Quanto à valorização dos Instrumentos Financeiros, o CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: (i) Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; (ii) Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços) e, (iii) Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Todos os ativos financeiros da Companhia estão classificados como de Nível I.

A Companhia não possui operações com derivativos, bem como passivos financeiros.

Os impostos e contribuições a recuperar são demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais à taxa SELIC, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

Por se tratar de uma holding, que tem por objeto social a participação de 5,8192% do capital total da controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, concessionária de serviço público de energia elétrica, a administração da Uptick entende que os riscos aos quais a Companhia está exposta decorrem substancialmente, das operações realizadas pela COSERN, em função do resultado de equivalência patrimonial.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:
a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

iv. contratos de construção não terminada; e,

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

b. natureza e o propósito da operação.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

ii. Fontes de financiamento dos investimentos.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A companhia não possui plano de negócios.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não houve fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Uptick Participações S.A.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(ANEXO III)

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração.

A Companhia não possui uma política de remuneração definida, ficando a cargo da assembleia geral a aprovação do valor máximo e da forma de distribuição da remuneração aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, anualmente. Não obstante a aprovação em assembleia do valor máximo de remuneração da administração, em 2019 e em 2020 os administradores da Companhia abriram mão do recebimento das remunerações a que faziam jus. Em 2021, o diretor presidente eleito em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28/09/2021, passou a ser o único membro remunerado da Administração.

b) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia tem direito ao recebimento apenas de honorários fixos mensais, conforme aprovado em Assembleia Geral de Acionistas e definido em Reunião do Conselho de Administração.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia tem direito ao recebimento apenas de honorários fixos mensais, conforme aprovado em Assembleia Geral de Acionistas.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

A Companhia não possui uma política de remuneração e nem uma metodologia de cálculo e reajuste de elementos da remuneração. Anualmente a Assembleia Geral aprova o valor máximo e a forma de distribuição da remuneração aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração.

A Companhia entende que a remuneração praticada atende aos seus interesses e está de acordo com as responsabilidades assumidas pelos membros de sua Administração.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

A Companhia não leva em consideração qualquer indicador de desempenho na determinação da remuneração.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

Não aplicável, porque a Companhia não leva em consideração qualquer indicador de desempenho na determinação da remuneração.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

Entendemos que a remuneração praticada está alinhada aos interesses da Companhia. A verificação do referido alinhamento compete ao Conselho de Administração da Companhia.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.2. Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2021 e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria.

Para fins de preenchimento da tabela abaixo, foram seguidas as diretrizes do Ofício Circular CVM/SEP nº 01/22, páginas 236 a 242)

Uptick Participações S.A.

REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO EXERCÍCIO DE 2021 (R$ mil)		
a. Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria**
b. Número de membros	3	2,25
c. Número de membros remunerados	0	0,25
d. Remuneração fixa anual segregada em:		
pró-labore	0	18
benefícios diretos e indiretos	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-
Outros	-	-
Remuneração variável	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-
e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária	0	18
f. Total da remuneração dos órgãos	**18**	

REMUNERAÇÃO PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2022 (R$ mil)		
a. Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria**
b. Número de membros	3	3
c. Número de membros remunerados	3	3
d. Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	43,2	216
benefícios diretos e indiretos	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-
Outros	-	-
Remuneração variável	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-
e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária	43,2	216
f. Total da remuneração dos órgãos	**259,2**	

Anualmente, a Assembleia Geral aprova o valor máximo da remuneração da Administração, cabendo ao Conselho de Administração determinar a forma de distribuição da remuneração aos seus membros e aos membros e da Diretoria. Não obstante a aprovação em Assembleia, em 2021 e nos 3 (três) últimos exercícios sociais, os administradores da Companhia abriram mão do recebimento das remunerações a que faziam jus, com exceção do diretor presidente que foi eleito em 28/09/2021 e tomou posse em 01/10/2021, logo, recebeu remuneração de outubro a dezembro

Para 2022, foi proposto fixar a remuneração anual global dos administradores em até R$ 259.200,00, sendo de até R$ 43.200,00 para o Conselho de Administração e R$ 216.000,00 para a Diretoria. A remuneração dos administradores será distribuída conforme o previsto nos Artigos 13 e 19 do Estatuto Social da Companhia. A proposta ainda será deliberada em Assembleia Geral de acionistas.

13.3. Remuneração variável do exercício de 2021 e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria.

Não houve remuneração variável no exercício de 2021 e não há remuneração variável prevista para o exercício de 2022.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

a) termos e condições gerais;

b) principais objetivos do plano;

c) forma como o plano contribui para esses objetivos;

d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor;

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo;

f) número máximo de ações abrangidas;

g) número máximo de opções a serem outorgadas;

h) condições de aquisição de ações;

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;

j) critérios para fixação do prazo de exercício;

k) forma de liquidação;

l) restrições à transferência das ações;

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; e,

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

A Companhia não realizou pagamento de remuneração baseado em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

a) órgão;

b) número total de membros;

c) número de membros remunerados;

d) em relação a cada outorga de opções de compra de ações:

i. data de outorga;

ii. quantidade de opções outorgadas;

iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis;

iv. prazo máximo para exercício das opções;

v. prazo de restrição à transferência das ações; e,

vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:

- **em aberto no início do exercício social**
- **perdidas durante o exercício social**
- **exercidas durante o exercício social**
- **expiradas durante o exercício sócia**

e) valor justo das opções na data de cada outorga; e,

f) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

A Companhia não realizou pagamento de remuneração baseado em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

a. órgão;

b. número de membros;

c. número de membros remunerados;

d. em relação às opções ainda não exercíveis;

i. quantidade

ii. data em que se tornarão exercíveis

iii. prazo máximo para exercício das opções

iv. prazo de restrição à transferência das ações

v. preço médio ponderado de exercício

vi. valor justo das opções no último dia do exercício social

e. em relação às opções exercíveis;

i. quantidade;

ii. prazo máximo para exercício das opções;

iii. prazo de restrição à transferência das ações; e,

iv. preço médio ponderado de exercício.

v. valor justo das opções no último dia do exercício social; e,

vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

A Companhia não realizou pagamento de remuneração baseado em -opções nos últimos três exercícios sociais.

13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria, nos 3 últimos exercícios sociais:

a) órgão;

b) número de membros;

c) número de membros remunerados

d) em relação às opções exercidas informar:

i. número de ações;

ii. preço médio ponderado de exercício;

iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas;

e) em relação às ações entregues informar:

i. número de ações;

ii. preço médio ponderado de aquisição; e,

iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

A Companhia não realizou pagamento de remuneração baseado em ações e opções nos últimos três exercícios sociais.

13.8 . Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação;

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado;

d) forma de determinação da volatilidade esperada; e,

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

A Companhia não realizou pagamento de remuneração baseado em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Apenas o Presidente do Conselho de Administração da Uptick, que também é Diretor de Relações com Investidores da Companhia, detém 1 (uma) ação de emissão da Companhia. Todos os demais membros da Administração não possuem ações da Companhia.

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores:

a. Órgão;

b. Número de membros;

c. Nome do plano;

d. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

e. Condições para se aposentar antecipadamente;

f. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;

g. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; e,

h. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de previdência em vigor.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração e da diretoria:

a. Órgão;

b. Número de membros;

c. Valor da maior remuneração individual;

d. Valor da menor remuneração individual; e,

e. Valor médio de remuneração individual.

A tabela abaixo foi preenchida de acordo com as instruções de preenchimento do Ofício Circular CVM/SEP nº 01/22 (páginas 245 e 246):

2021	Conselho de Administração	Diretoria
Valor da maior remuneração individual (R$/ano)*	0	18.000,00
Valor da menor remuneração individual (R$/ano)**	0	18.000,00
Valor médio de remuneração individual (R$/ano)***	0	72.000,00
Número de membros****	3	2,25

* O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão deve ser apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. Apenas um membro da Diretoria foi remunerado por três meses no valor bruto de R$6.000,00 mensais.

** Menor remuneração anual individual: caso todos os membros tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, o valor da menor remuneração anual individual deverá ser apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. Em 2021, apenas um membro da Diretoria foi remunerado e exerceu seu cargo por prazo inferior a 12 meses.

***O valor médio da remuneração anual de cada órgão corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (letra “e” do item 13.2 = R$ 18.000,00) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão (letra “c” do item 13.2 = 0,25).

****O número de membros remunerados de cada órgão corresponde ao número de membros do respectivo órgão informado na letra “c” do item 13.2.

2020	Conselho de Administração	Diretoria
Valor da maior remuneração individual (R$/ano)	0	0
Valor da menor remuneração individual (R$/ano)	0	0
Valor médio de remuneração individual (R$/ano)	0	0
Número de membros	3	2

2019	Conselho de Administração	Diretoria
Valor da maior remuneração individual (R$/ano)	0	0
Valor da menor remuneração individual (R$/ano)	0	0
Valor médio de remuneração individual (R$/ano)	0	0
Número de membros	4	3

Em 2019 e em 2020 todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria renunciaram à remuneração.

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, bem como as consequências financeiras para o emissor.

Não há quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão, no exercício social de 2021, reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração e da diretoria que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não há qualquer valor reconhecido no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, do emissor.

13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração e da diretoria, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve nos 3 últimos exercícios sociais valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração ou da diretoria do emissor, agrupados por órgão, no exercício social de 2020.

Não aplicável, dado que não há valores reconhecidos no resultado do exercício de 2020 de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Uptick Participações S.A.

Todas as informações foram fornecidas nos itens acima.